

# ÉTICA E POLÍTICA<sup>1</sup>

*Eli Diniz*

Instituto de Economia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A questão da relação entre ética e política não é apenas um tema para o debate entre especialistas, mas extrapola os limites da Academia, interessando tanto os que lidam diretamente com a política, na qualidade de participantes ativos e profissionais, quanto observadores e eleitores no exercício de seus direitos de cidadania.

Não se trata evidentemente de um interesse neutro. Ao contrário, o objeto em si suscita ampla controvérsia, dado o preconceito mais ou menos generalizado em relação à atividade política, percebida como campo muito pouco propício a comportamentos ditados pela moral. Efetivamente, nem sempre há convergência entre prática política e princípios morais, entre respeito à verdade e eficiência no exercício do poder. Este desencontro é muitas vezes interpretado em termos de uma incompatibilidade inelutável, a situar Ética e Política em domínios opostos. Por outro lado, há uma forte expectativa, particularmente nos regimes democráticos, de que os governantes se conduzam de acordo com critérios de probidade e justiça na administração dos negócios públicos.

Além de mobilizar as atenções de um vasto público, trata-se de um tema de longa tradição no pensamento político que, ao longo dos séculos, foi focalizado dentro de distintos campos teóricos, sob diferentes óticas, tendo em vista finalidades igualmente diversas. Entre as várias formas de tratar este objeto, decidi adotar a perspectiva da análise política, sem desconhecer a pertinência de uma abordagem filosófica, igualmente relevante. Esta última, porém, exigiria um recuo à Antiguidade Clássica, remontando aos filósofos gregos, particularmente Platão e Aristóteles, o que estaria muito além dos objetivos desta palestra.

## I

Tendo em vista essa escolha, tomo como ponto de partida a Itália, mais especificamente a República de Florença, entre meados dos séculos XV e XVI, no limiar da Era Moderna. Esse foi um momento de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas, que representaram certamente um corte com o legado da Idade Média. É nesse período que podemos situar a obra de Maquiavel (1469-1527). No contexto de inquietação intelectual, marcado pelo desenvolvimento do Humanismo e do Renascimento, pelos progressos da física e da astronomia, pelo avanço do espírito científico, pelo confronto entre a Reforma e a Contra-reforma e a separação entre Igreja e Estado, o pensamento de Maquiavel se impõe, rompendo tabus e desafiando as fórmulas consagradas pela tradição medieval.

Dentro do pensamento moderno, Maquiavel foi um dos primeiros autores a colocar em evidência a questão que constitui o tema de minha palestra — a relação entre ética e política. E o fez de forma fria, porém contundente, impedindo o distanciamento ou a indiferença do leitor, forçando-o, a despeito de si mesmo, a tomar partido. Aliás, até hoje não há lugar para a neutralidade, quando se lê *O príncipe* (1513, publicado em 1532).

Maquiavel foi um pensador maldito à sua época, despertando forte polêmica entre intelectuais de todas as tendências. Shakespeare, por exemplo, usou palavras particularmente duras ao referir-se ao pensador florentino, chamando-o “O criminoso Maquiavel”. Na época da Reforma, os jesuítas, emprestando às palavras um teor claramente acusatório, referiam-se aos protestantes como discípulos de Maquiavel. Para Edmund Burke, “as odiosas máximas da política maquiavélica” teriam fornecido os fundamentos da “tirania democrática” da Revolução Francesa (Skinner, 1988, p. 11). Por outro lado, Rousseau, discordando dos intérpretes “superficiais ou corrompidos” do autor florentino, afirmaria que “Maquiavel, fingindo dar lições aos príncipes, deu grandes lições ao povo”, concluindo com a seguinte observação: “*O príncipe*, de Machiavello, é o livro dos republicanos” (*Do contrato social*, livro 3, cap. VI, p. 68). Versão similar seria enfatizada por Francis Bacon: “É preciso agradecer a Maquiavel e aos escritores como ele que dizem, abertamente e sem dissimulação, o que os homens têm o costume de fazer e não o que eles devem fazer”.

Como justificar interpretações tão díspares? Na verdade, tudo o que Maquiavel revelou, ao longo de sua obra, acerca das formas de exercício do poder não era nada em comparação com os métodos políticos que faziam parte da prática rotineira dos governantes, quer fossem reis, duques, príncipes ou papas. Intrigas, envenenamentos e outras formas de assassinatos políticos, prisões arbitrárias e penas iníquas, a calúnia e a perfídia eram fatos corriqueiros da vida política (Lavaille, 1988). Lembremo-nos de que era uma época em que, entre as noções dominantes, destacavam-se “o direito divino dos reis” e a “infalibilidade do papa”, atestando o poder incontestável dos reis e o teor inquestionável dos atos dos soberanos. A máxima de Luís XI (1461-1483), rei da França, era, segundo os historiadores, “Divide e impe-ra”, sendo-lhe também atribuída a frase “Quem não sabe dissimular, não sabe reinar”, para não falarmos daquele que, nos séculos seguintes, simbolizaria o apogeu da monarquia francesa, Luís XIV (1643-1715), a quem se atribui a famosa frase “*L’état c’est moi*”. Em síntese, o poder absoluto certamente deixa muito pouco espaço para o equilíbrio, a moderação e a justiça.

Entretanto, ainda hoje Maquiavel é um autor polêmico. Seu nome ficou definitivamente associado à percepção da política como a arte da dissimulação e do engodo. O termo maquiavélico está carregado de conotações negativas, corroborando a imagem do político como uma pessoa dotada de uma habilidade especial para esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas, um ser traiçoeiro, sendo mesmo capaz de eliminar do seu caminho os amigos de ontem, os aliados de outrora, quer dizer, basicamente alguém em quem não se pode confiar. Maquiavelismo, enfim, simboliza a face demoníaca do poder.

O que disse afinal Maquiavel para justificar tais associações?

Efetivamente muitas passagens de seu célebre livro, *O príncipe*, e mesmo capítulos inteiros dessa obra podem despertar polêmicas desse tipo (ver os cap. VIII, XV, XVII, XVIII e XIX, entre os mais conhecidos). Assim, por exemplo, no cap. VIII (“Dos que chegaram ao Principado por meio de crimes”), Maquiavel faz uma das suas mais citadas afirmativas:

Portanto, as ofensas devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados.

Mais adiante, no cap. XV, pode-se ler:

Em verdade, há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira, em todas as suas palavras, fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário a um príncipe que queira se manter [no poder] aprender a não ser bom e usar ou não a bondade, segundo a necessidade.

E finaliza esse capítulo nos seguintes termos:

pois, se bem considerado for tudo, sempre se encontrará alguma coisa que, parecendo virtude, praticada acarretará a ruína, e alguma outra que, com aparência de vício, seguida dará origem à segurança e ao bem-estar.

Podemos lembrar ainda o conselho que dá aos príncipes, no cap. XVIII, ressaltando que devem reunir ao mesmo tempo as qualidades do leão e da raposa, isto é, a força e a astúcia, se quiserem ter sucesso na condução dos negócios do Estado, concluindo com estas palavras:

Procure, pois, um príncipe vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo; os poucos não podem existir quando os muitos têm onde se apoiar.

Como o autor dessas passagens provocativas pode ter algo a ver com o tema da nossa palestra, caberia indagar. Afinal, onde Maquiavel queria chegar?

Do ponto de vista que aqui nos interessa, cabe desde logo ressaltar a contribuição que esse autor deu à constituição de um campo próprio à análise política. Maquiavel reivindica a irredutibilidade e a autonomia da política, a política como um campo específico do saber, a exigir um enfoque também específico, distinto da moral, da ética e da religião. A análise política deve desprender-se de considerações relativas ao bem e ao mal. O comportamento político necessita estar ajustado à realidade concreta, precisa estar em sintonia com o momento histórico e, portanto, deve pautar-se pelos aspectos objetivos e reais do mundo da experiência cotidiana e não por critérios valorativos que expressam o plano do ideal.

Até o início do século XVI, política e moral não constituíam campos separados; ao contrário, eram tratadas de forma indistinta, sendo as avaliações dos fatos políticos afetadas por julgamentos de valor. Algumas obras revelavam a redução total da política à moral, tal como se pode observar em *A educação do príncipe cristão*, de Erasmo de Rotterdam, livro publicado em 1515, no qual Erasmo traça o perfil do bom príncipe, enfatizando a relevância da magnanimidade, da temperança e da honestidade, enfim, de atributos definidores da retidão moral do soberano. Maquiavel rompe com essa forma de subordinação da política aos ditames da moral convencional e afirma que a política tem uma lógica própria e razões nem sempre compatíveis com princípios consagrados pela tradição.

Em outros termos, Maquiavel assume a perspectiva do realismo político, a ótica do pragmatismo em prol da flexibilidade do líder para adaptar-se às circunstâncias sempre cambiantes do jogo político. Preconiza a objetividade na avaliação dos cursos de ação, a independência contra dogmas e preconceitos. Sua regra metodológica é o exame da realidade concreta, o domínio do que é, em contraste com o que deve ser. Daí a ênfase na verdade efetiva das coisas, isto é, na “busca da verdade extraída dos fatos” (*O príncipe*, cap. XV, p. 89). Trata-se de privilegiar a idéia de relatividade em contraposição à noção de moral absoluta e universal.

Por ter enfatizado tanto esses aspectos, Maquiavel suscitou críticas pela suspeita de defesa de uma atitude cínica em relação à política, de uma postura amoral na definição dos atributos de um líder político competente. Na verdade, o que estava propondo era a separação entre moral e política, estando esta última associada à chamada “razão de Estado”. A novidade do argumento consiste em admitir que a ótica do indivíduo e a ótica do Estado são distintas e que nem sempre o que é bom para o indivíduo é igualmente adequado para o Estado. Trata-se de dois sistemas de juízos não necessariamente coincidentes.

Para desenvolver melhor os pontos acima ressaltados, creio ser oportuno recordar o que diz Maquiavel, no cap. XXV, no qual defende o argumento de que o segredo do êxito do príncipe é o saber equilibrar, através de seu comportamento, fortuna e *virtù*, a fim de realizar seus objetivos de alcançar a honra para si próprio e conquistar a glória para o Estado que dirige, deixando um legado perene.

Fortuna representa a sorte, o acaso, a oportunidade, ou seja, o conjunto de circunstâncias que o homem não controla. *Virtù*, por outro lado, refere-se aos atributos individuais que permitem ao homem resistir à fortuna e não ser um mero joguete da sorte. Em outros termos, temos aqui a antiga polaridade do destino em contraposição ao livre-arbítrio. Como Maquiavel se posiciona em relação a esta dualidade? Na linha de Tito Lívio, afirmará que “a Fortuna favorece os bravos”, quer dizer, os atributos pessoais contam para que o homem saiba aproveitar as oportunidades e usá-las a seu favor. O acaso ou sorte fornece a oportunidade para o líder político mostrar sua capacidade de entender o momento e agir de acordo com as circunstâncias, da forma que lhe parecer mais apropriada. Sem aquela oportunidade não poderia mostrar seu valor pessoal; sem a *virtù*, por outro lado, a ocasião teria surgido em vão (*O príncipe*, cap. VI, p. 34). Ética e política se separam, emergindo em sua plenitude o indivíduo autônomo, que, através de suas escolhas, torna-se capaz de intervir nos acontecimentos, modificando-lhes o curso de ação. A fortuna é importante, mas é preciso não se deixar dominar por seus favores ou, ao contrário, por sua ira. É imperativo ter discernimento, avaliar a situação e escolher os meios adequados a uma ação eficaz.

Em última análise, o êxito se mede pelos resultados da ação. Assim, *virtù* compreende o conjunto dos traços individuais que levam o líder a agir de forma competente, vale dizer, de forma eficiente na consecução de seus objetivos, manter o poder, evitar a anarquia e criar uma ordem duradoura. A avaliação da situação e a capacidade de escolher o curso de ação mais adequado seriam as qualidades supremas da política. Garantir a ordem e a estabilidade do país, tendo em vista sobretudo a defesa contra inimigos externos, mas também manter a coesão e a paz internas seriam as metas a serem atingidas. O príncipe capaz de alcançar tais objetivos revelar-se-ia competente na condução dos negócios do Estado.

É, porém, nos “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio” (1531) que esses aspectos tornam-se mais claros. Nesse texto, Maquiavel ressalta que o poder do Estado se corrompe quando é exercido em prol de interesses privados. Desta forma, manter a supremacia do interesse público implicaria evitar a tirania de uma facção, caso em que uma parte da sociedade subjugaria a outra, eliminando a liberdade. Neste sentido, a repressão das dissen-

sões é rejeitada enquanto via adequada para preservar a força do Estado. Ao contrário, manter aberto o espaço para a expressão do confronto pode trazer efeitos benéficos para a integridade do Estado. Portanto, à política cabe também uma função relativa à composição do conflito entre facções internas.

Ao colocar nesses termos a questão dos fins da política, Maquiavel admite implicitamente a tensão entre o político-estrategista, noção que se baseia na analogia entre política e guerra, em que o problema é assegurar a vitória contra inimigos em prol da sobrevivência da comunidade política, por um lado, e o político enquanto artífice da coesão e da convivência entre os membros do grupo, por outro lado. Neste último caso, a tarefa do político é produzir e manter íntegra a trama social. No fundo, o poder político existe para perseguir ambos os fins. Na perspectiva do político-artífice da composição do conflito e da coesão social, ética e política podem convergir, ou seja, parece possível a meta da compatibilidade da política e da moral. Fica de qualquer modo em aberto a questão sobre o que deve prevalecer quando os dois aspectos da política, a política como combate e a política como ordenação da convivência pacífica, entram em confronto. Certamente a resposta de Maquiavel penderia para o primeiro desses aspectos.

## II

Alguns séculos depois, vamos encontrar em Max Weber (1864-1920) uma perspectiva nitidamente analítica acerca da distinção entre moral e política. Suas reflexões sobre o tema encontram-se condensadas em duas de suas mais célebres conferências: “A ciência como vocação” e “A política como vocação”. Em primeiro lugar, cabe destacar que a antinomia fundamental da ação se expressa pela diferenciação que faz Weber entre a ética do conhecimento e a ética da ação política, ou ainda, pela distinção entre a ética da convicção e a da responsabilidade; Kant em contraposição a Maquiavel. O conhecimento tem um compromisso com a análise e a interpretação dos fenômenos e fatos reais, buscando evidências e a comprovação de suas hipóteses. O homem de ciência age em função das descobertas que o desenvolvimento científico coloca à sua disposição, tendo em vista alcançar a verdade, ainda que provisória. Por outro lado, a ação política está voltada

para produzir resultados, importando aqui a eficácia da ação, a adequação entre meios e fins. A ação política se pauta pela ética da responsabilidade que tem a ver com as conseqüências previsíveis da ação. Assim, o político defronta-se com a questão da responsabilidade de suas escolhas, os efeitos de suas opções. Somente ele deve arcar com o peso das conseqüências de suas ações. De forma similar, cabe ao agente político decidir até onde pode ir ou quando mudar de direção, já que existem limites cujo reconhecimento depende de seu tirocínio e de seu senso de oportunidade, mas que não podem ser ignorados.

Deve-se ainda salientar que, reconhecendo a especificidade da ação política na busca de seus resultados, Weber não descarta a relevância da ética da convicção, até porque o homem de ação tem que fazer escolhas entre valores que freqüentemente são incompatíveis entre si. Por exemplo, ele tem que escolher entre prioridades que, por sua vez, estão carregadas de significados distintos. Toda decisão política implica vantagens para uns e sacrifícios para outros. Essas decisões são em última instância ditadas por juízos de valor, que não são suscetíveis de demonstração. Não se pode determinar com rigor o grau em que as preferências deste ou daquele grupo devem ser preteridas em benefício de outros grupos ou mesmo da coletividade, já que o bem comum não pode ser definido aprioristicamente, de forma incontestável, pois tal definição é ela própria resultante do jogo político e, portanto, objeto de disputa permanente. O problema da escolha entre opções é uma escolha entre valores, o que introduz a ética da convicção na ação política (Aron, 1967, p. 525-527).

Cabe ainda considerar um outro ponto. Da mesma forma que Maquiavel, também Weber ressalta que todo Estado se funda na força. A violência é o instrumento específico do Estado, que ele define como “uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, [...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (Weber, 1970, p. 56). A política é uma atividade que visa ao poder, participar do poder ou influenciar a divisão do poder. Como todo agrupamento político, o Estado consiste em uma relação de dominação, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, considerada como legítima). O Estado só pode existir, pois, sob a condição de que os dominados se submetam à autoridade daqueles que exercem o poder. Segundo Weber, dominação é a probabilidade



de encontrar obediência às ordens emanadas do núcleo de comando político. A dominação requer aceitação, identificação com o conteúdo da ordem pelo reconhecimento formal de sua necessidade, independentemente da opinião de cada um acerca do valor ou não da ordem enquanto tal. A submissão que repousa nas formas extremas de coerção é típica do poder ditatorial, ou tirânico, em que a sujeição é induzida pelo temor.

Aqui tornam-se fundamentais as idéias de legitimidade, da obrigação moral para obedecer e do consentimento dos governados. A autoridade existe quando a ordem é obedecida, isto é, quando há o reconhecimento da validade da ordem, quando existe a crença na legitimidade das decisões. Portanto, a autoridade se deteriora quando apoiada apenas na força. Sua eficácia repousa, em grande parte, no teor voluntário contido no ato de obediência, que se diferencia, assim, do mero conformismo. Este se expressa pela obediência cega à lei.

Trata-se, aliás, de uma preocupação milenar, que transparece no fato de que a opressão tenha sido sempre vista sob um ângulo crítico. O poder do déspota, do tirano, ou do ditador, por apoiar-se predominantemente nas diferentes formas de coerção, desencadeia efeitos adversos, que se traduzem por um sentimento espontâneo de recusa e de resistência. Esse aspecto da relação entre Estado e sociedade, governantes e governados já era reconhecido entre os clássicos. A tragédia grega concedia importância ao direito de rebelião individual contra o domínio irrestrito de um tirano. É o caso da tragédia *Antígona*, de Sófocles, representada pela primeira vez em Atenas em 441 a.C., em que esse direito à rebeldia individual ganha um espaço expressivo. Ao considerar a pólis como propriedade sua e investir-se de um poder absoluto, impondo-se como a encarnação da própria lei, o déspota não vê limites à sua vontade e subverte, assim, os princípios da justiça e os fundamentos da ordem, justificando a resistência. Em *Antígona*, está explicitado o contraste entre as leis não escritas e as do tirano. Mas o que suscitou o interesse do pensamento grego não foi tanto o problema da relação entre ética e política, mas o da relação entre o bom e o mau governo, de onde nasce a distinção entre rei e tirano. De qualquer maneira, a questão dos limites ao exercício do poder está claramente colocada desde as origens da reflexão sobre a política.

## III

Neste ponto, gostaria de concluir estas breves considerações sobre a relação entre ética e política, recapitulando os argumentos centrais que procurei desenvolver ao longo da minha exposição. Dentro do pensamento político, diversos autores, como os que aqui ressaltai, chamaram atenção para as especificidades da ação política. Neste sentido, a política se destacaria por ser o campo propício à ação pragmática, cuja marca seriam a flexibilidade e a capacidade de adaptação às circunstâncias, ação baseada no cálculo da adequação entre meios e fins, cujo sucesso se avaliaria pelos resultados alcançados, independentemente de considerações relativas à moral convencional.

Por outro lado, não menos relevante é o reconhecimento de que a política não se confunde com o domínio da arbitrariedade e a atividade política não está confinada ao uso irrestrito do poder, nos planos interno e externo. Como salienta Lafer (1995, p. 24), o fato de a diplomacia na Idade Moderna fazer amplo uso do segredo e da dissimulação revela não a essência dessa atividade, mas as características de uma época, em que as decisões emanavam do poder pessoal de soberanos absolutistas que não prestavam contas, aos seus súditos, de suas ações e das ações de seus agentes. A partir de Kant, será contestada a tradição da razão de Estado pela ênfase na publicidade do poder, tanto interna como externamente. No plano internacional, segundo o novo enfoque, esta forma de agir constituiria um caminho para a paz, já que uma das causas da guerra seria o arbítrio do soberano todo-poderoso, que se sobrepõe à vontade dos governados.

Na história das idéias políticas, um passo decisivo foi dado pelos filósofos contratualistas, ao redefinirem os termos da dicotomia governantes-governados pela ênfase na perspectiva dos governados e pelo reconhecimento destes últimos enquanto indivíduos detentores de direitos, além dos deveres impostos pelo soberano. Tais princípios seriam posteriormente consagrados pela Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que representou a legitimação plena da ótica dos governados. A crença na universalidade dos valores que afirmam a liberdade e igualdade fundamentais dos indivíduos foi o resultado de um longo processo histórico, que teve na obra dos filósofos sua primeira fase. Como salienta Bobbio, no momento em que essas teorias são acolhidas pelo legislador, através das

Declarações dos Direitos, nos Estados Unidos e na França, são lançadas as bases de

uma nova concepção do Estado — que não é mais absoluto e sim limitado, que não é mais um fim em si mesmo e sim um meio para alcançar fins que são postos antes e fora de sua própria existência — a afirmação dos direitos do homem não é mais a expressão de uma nobre exigência, mas o ponto de partida para a instituição de um autêntico sistema de direitos no sentido estrito da palavra, isto é, enquanto direitos positivos ou efetivos. (Bobbio, 1992, p. 29)

A moderna ciência política enfatiza a questão dos limites institucionais e legais ao exercício do poder, noção que está na raiz da teoria democrática. Os conceitos-chave seriam aqueles referentes às várias dimensões do poder de Estado. Entre eles, destacam-se a legalidade, que impõe claros limites à ação do governante, já que este não pode colocar-se acima da lei; a legitimidade, que remete à adesão dos governados em função da crença na validade dos comandos; a publicidade das decisões, que implica a responsabilização pública dos governos e a credibilidade dos atos emanados do poder. Há, portanto, mecanismos e procedimentos que disciplinam e controlam as atividades dos governantes, ou ainda freios não só institucionais, como também éticos ao exercício do poder.

Mesmo numa visão radicalmente objetiva e realista, como aquela inaugurada por Maquiavel, quando afirma que a política visa antes de tudo à preservação do poder, mesmo quando ficamos com essa definição minimalista, ainda assim o exercício do poder, para ter êxito, não pode ser irrestrito. Além de um certo limite, a onipotência se volta contra o próprio governante, porque instaura a discórdia e corrói um dos fundamentos do poder que é a adesão dos governados, responsável pelo consentimento. *O príncipe*, senão por razões morais, mas simplesmente movido pela lógica utilitarista, isto é, por um cálculo racional para garantir seu próprio interesse, que é a preservação do poder pela criação de uma ordem estável, precisa zelar por sua reputação, para usarmos uma expressão de Maquiavel. Não deve menosprezar o julgamento de seu povo, ou despertar a ira, o ódio ou o ressentimento de seus súditos, já que tais sentimentos podem alimentar a revolta e, no extremo, levar à rebelião. No mínimo, tais atitudes podem gerar indiferença e apatia política, o que, por sua vez, produz o

isolamento político do governante, colocando em risco a manutenção do poder.

Levando esse raciocínio às últimas conseqüências, cabe agregar às considerações acima uma nuance. Observando-se os fatos da perspectiva do governante, não é igualmente racional transigir em demasia para preservar a coalizão de interesses em que este se sustenta. Isto porque tal comportamento pode desvirtuar os fins a serem alcançados no tocante ao consenso e, portanto, à coesão social. Se a escolha feita se afastar ou entrar em contradição com crenças e valores básicos da sociedade ou com direitos considerados essenciais, o governante deixa de corresponder às expectativas da população, desencadeando reações de descrença e de desconfiança. A perda de credibilidade, por sua vez, abala os fundamentos da governabilidade, de que tanto se fala em fases de transição política. Esta crise estimula o desencanto político, o refluxo para o individualismo e o desinteresse pela política, vale dizer, pelas eleições, forma moderna de participação política, enfraquecendo um dos suportes essenciais da democracia. O que quero dizer é que, proclamando-se ou não a compatibilidade entre ética e política, o problema desta relação é inelutável e está posto para todos os governantes.

Passados cinco séculos de reflexão teórica e de aperfeiçoamento institucional, eis que, no mundo globalizado em que hoje vivemos, essa questão readquire centralidade. Na seqüência da crise da ordem pregressa, sobreveio uma agenda que já não deixa espaço para preocupações que escapem à ótica da racionalidade do mercado. Assim, fazendo minhas as palavras do cientista político italiano Michelangelo Bovero, encerro minha palestra:

Se a democracia tende por si mesma a reduzir a violência nas relações humanas, o modo como ela se realizou e funciona consentiu em que em lugar da violência se afirmasse a astúcia, sua companheira e rival de sempre. Conseqüentemente, em lugar do realismo tradicional que justifica a imoralidade violenta do poder, afirma-se, entre as paredes domésticas das democracias reais, um novo realismo, que justifica a imoralidade da corrupção, ou a amoralidade implícita na redução da lógica da política à lógica do mercado — novo realismo, portanto, também no sentido da ideologia apologética da “realidade” recente das nossas democracias, tão pouco ideais. Um maquiavélico, um paretiano cético diria simplesmente que na cena política voltou o tempo das raposas; mas um kantiano incurável renovaria a crítica ao realismo, causando-a com a crítica à mercantilização universal. (Bovero, 1992, p. 166)

### RESUMO

Na história do pensamento político, a questão da relação entre ética e política é um dos temas mais antigos e permanentes, atravessando as várias correntes que, ao longo dos séculos, da Antiguidade à Era Contemporânea, vêm procurando lidar com os dilemas da ação política. A despeito de ser um assunto de caráter recorrente, persiste sendo polêmico e atual, adquirindo conotações específicas em função das circunstâncias cambiantes de natureza espacial e temporal. Refletir sobre as tensões envolvidas naquela relação é o objeto do presente artigo. Apesar da pertinência de uma abordagem estritamente filosófica desta temática, o ponto de vista aqui adotado é o da análise política, mais adequado para uma discussão cujo foco é a autonomia da política como esfera particular da ação humana e campo específico do saber. O que se pretende não é, portanto, uma análise exaustiva, senão que centrada na antinomia fundamental entre a instrumentalidade da ação medida pela adequação entre meios e fins e o imperativo dos valores e princípios necessariamente envolvidos nas escolhas políticas. A reflexão concentra-se em dois autores, Maquiavel e Max Weber, que, respectivamente nos séculos XVI e XIX, representaram importantes pontos de inflexão no que se refere ao tratamento do tema em questão.

### ABSTRACT

In the history of economic thought, the relation between ethics and politics is an age-old and constantly debated issue that permeates the several currents which have attempted to deal with the dilemmas of political action throughout the centuries, from ancient to contemporary times. Despite its recurring character, however, it remains as polemical and fresh as ever and is given specific connotations by the changing spatial and temporal circumstances. Reflecting on the tensions involved in that relation is the purpose of this article. Whatever the pertinence of a strictly philosophical approach to the subject, the perspective adopted here is one of political analysis, viewed as more appropriate for a discussion that focuses on the autonomy of politics as a particular sphere of human action and a specific field of knowledge. We therefore aim not at providing an exhaustive analysis, but at offering

one that centers on the fundamental antinomy between the instrumentality of action, as measured by the adequacy between means and ends, and the imperative of the values and principles that are necessarily involved in political options. Our reflection will concentrate on Machiavelli and Max Weber, the two authors who have represented important turning points, respectively in the sixteenth and nineteenth centuries, in the treatment of the subject under discussion.

#### NOTA

1. Palestra proferida no Instituto de Economia da UFRJ, em 16/4/1998.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond (1967) *Les Etapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard.
- BOBBIO, Norberto (1992) *A era dos direitos*. São Paulo: Campus.
- BOVERO, Michelangelo (1992) Ética e política entre maquiavelismo e kantismo. *Lua Nova*, n. 25, p. 141-166.
- LAFER, Celso (1995) *Desafios: ética e política*. São Paulo: Siciliano.
- LARIVAILLE, Paul (1988) *A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1952) Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. In: *Pensadores italianos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson.
- (1995) *O príncipe*. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1962) *Obras de Jean-Jacques Rousseau*. Porto Alegre: Editora Globo. Biblioteca dos Séculos.
- SKINNER, Quentin (1988) *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense.
- WEBER, Max (1970) *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix.